



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

Aos 06 dias do mês de outubro de 2022, pelas 18:33 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputado Luís Capoulas, declarou aberta a sessão, passando de imediato a informar sobre o pedido de alteração à ordem do dia solicitada pela Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD), no sentido de o ponto seis da ordem do dia ser discutido logo após o ponto dois, o que não mereceu a oposição dos presentes. Seguidamente, deu nota da realização da visita da Comissão de Assuntos Europeus ao Alqueva, no dia 27 de setembro, a qual foi bastante esclarecedora, ressaltando a importância de, no futuro, ser assegurada uma maior cobertura de imprensa, podendo os grupos parlamentares garantir a presença dos meios de comunicação.

O Senhor Presidente aludiu, também, à realização da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, na qual foi debatida a Conferência Interparlamentar sobre as Conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa que implicam alterações aos Tratados, que terá lugar no dia 2 de novembro, e que contará com a participação de Deputados à Assembleia da República, Deputados ao Parlamento Europeu e Deputados às Assembleias Legislativas Regionais. Mais transmitiu que os grupos parlamentares do PCP e do BE informaram a sua indisponibilidade para participar. Na mencionada Conferência foi ainda referida a realização, no dia 11 de outubro, do X Fórum Parlamentar Luso Espanhol, em Braga, que contará com a participação, por parte da Comissão de Assuntos Europeus, do Senhor Presidente e dos Senhores Deputados Susana Correia (PS) e Paulo Ramalho (PSD).

Por fim, referiu a realização, no dia de hoje, de uma audiência com o representante da Frente Polisário em Portugal, Omar Mih, que versou sobre a situação do Sahara Ocidental, nomeadamente a atual posição do Governo espanhol de apoio a Marrocos.

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

2. Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias;

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias, Deputado Ricardo Sousa, informou sobre a listagem de iniciativas correspondentes ao período entre 8 e a 28 de setembro e informou que tinham sido sinalizadas 11 iniciativas, 10 para conhecimento e 1 para escrutínio, seguindo-se a apresentação das seguintes propostas de deliberação:

Referência	Data Iniciativa	Título	Relator Comis. Competente
COM(2022)438	2022-09-08	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Reexame da aplicação da política ambiental de 2022 Inverter a tendência através da conformidade ambiental	Conhecimento à 11ª CAENE
COM(2022)440	2022-09-09	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES relativa à Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados	Conhecimento à 9ª CS
C(2022)6193	2022-09-08	DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO relativa ao pedido de registo da iniciativa de cidadania europeia intitulada «Proteger o património rural, a segurança alimentar e o aprovisionamento da UE» nos termos do Regulamento (UE) 2019/788 do Parlamento Europeu e do Conselho	
C(2022)6108	2022-09-08	DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO relativa ao pedido de registo da iniciativa de cidadania europeia intitulada «Todas as casas europeias equipadas com uma instalação fotovoltaica de 1 kW e uma de turbinas eólicas de 0,6 kW utilizando financiamento da UE apenas por intermédio dos municípios», nos termos do Regulamento (UE) 2019/788 do Parlamento Europeu e do Conselho	
JOIN(2022)21	2022-09-12	Proposta conjunta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 833/2014 do Conselho que impõe medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que desestabilizam a situação na Ucrânia	Conhecimento à 2ª CNECP

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

JOIN(2022)30	2022-09-12	Proposta conjunta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 833/2014 do Conselho que impõe medidas restritivas tendo em conta as ações da Rússia que desestabilizam a situação na Ucrânia	Conhecimento à 2ª CNECP
COM(2022)469	2022-09-08	Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO relativa à aprovação da avaliação do plano de recuperação e resiliência dos Países Baixos	
COM(2022)426	2022-09-12	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação provisória do Acordo-Quadro Global de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino da Tailândia, por outro	
COM(2022)425	2022-09-12	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo-Quadro Global de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino da Tailândia, por outro	
COM(2022)445	2022-09-08	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité de Associação na sua configuração Comércio instituído pelo Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Ucrânia, por outro, no que respeita à atualização do anexo XV (Aproximação da legislação aduaneira) do Acordo	
COM(2022)446	2022-09-09	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a tomar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité de Comércio do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, no respeitante à alteração dos anexos 10-A e 10-B do Acordo	
COM(2022)557	2022-09-08	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à concessão de assistência macrofinanceira excecional à Ucrânia, ao reforço do fundo comum de provisionamento através de garantias dos Estados-Membros e ao provisionamento específico de alguns passivos financeiros relacionados com a Ucrânia garantidos ao abrigo da Decisão 466/2014/UE, e que altera a Decisão (UE) 2022/1201	

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

COM(2022)442	2022-09-08	Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa à revisão das metas de Barcelona sobre a educação e acolhimento na primeira infância	Conhecimento à 1ª CACDLG, 8ª CEC e à 10ª CTSSI
COM(2022)441	2022-09-08	Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa ao acesso a cuidados de longa duração de elevada qualidade a preços comportáveis	Conhecimento à 1ª CACDLG, 5ª COF, 6ª CEOPPH e à 10ª CTSSI
COM(2022)448	2022-09-09	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2022/109 que fixa, para 2022, em relação a determinadas unidades populacionais de peixes e grupos de unidades populacionais de peixes, as possibilidades de pesca aplicáveis nas águas da União e as aplicáveis, para os navios de pesca da União, em certas águas não União no respeitante ao biqueirão	Conhecimento à 7ª CAPes
COM(2022)447	2022-09-09	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO 15.º RELATÓRIO FINANCEIRO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO SOBRE O FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (FEADER) EXERCÍCIO DE 2021	
COM(2022)449	2022-09-12	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO 15.º RELATÓRIO FINANCEIRO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO SOBRE O FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE GARANTIA EXERCÍCIO DE 2021	
COM(2022)437	2022-09-12	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a transposição e aplicação da Diretiva (UE) 2015/637 do Conselho, de 20 de abril de 2015, relativa a medidas de coordenação e cooperação para facilitar a proteção consular dos cidadãos da União não representados em países terceiros e que revoga a Decisão 95/553/CE	
COM(2022)443	2022-09-09	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o trabalho dos comités em 2021	
COM(2022)337	2022-09-09	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Relatório sobre a Política de Concorrência 2021	Conhecimento à 6ª CEOPPH

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

COM(2022)412	2022-09-13	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Resumo do relatório de síntese sobre a aplicação do Regulamento (UE) n.º 649/2012 relativo à exportação e importação de produtos químicos perigosos	
COM(2022)455	2022-09-15	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a tomar em nome da União no que diz respeito à decisão dos Participantes no Convénio relativo aos créditos à exportação que beneficiam de apoio oficial no sentido de alargar o âmbito de aplicação do Acordo Setorial relativo aos créditos à exportação para projetos no domínio das energias renováveis, da atenuação e adaptação às alterações climáticas e dos recursos hídricos	
COM(2022)456	2022-09-15	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a tomar em nome da União pelos Participantes no Convénio relativo aos créditos à exportação que beneficiam de apoio oficial («Convénio») no que diz respeito à modernização do Convénio	
COM(2022)464	2022-09-15	Recomendação de DECISÃO DO CONSELHO que altera a Decisão (UE) 2021/1345 no respeitante à abertura de negociações com a Colômbia e o México tendo em vista a celebração de acordos de comércio de produtos biológicos	
COM(2022)421	2022-09-16	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória de um protocolo de aplicação do Acordo de Parceria no domínio das Pescas entre a União Europeia e a República da Maurícia (2022–2026)	
COM(2022)422	2022-09-16	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo à repartição das possibilidades de pesca a título do Protocolo de Aplicação do Acordo de Parceria no domínio das Pescas entre a União Europeia e a República da Maurícia (2022–2026)	
COM(2022)423	2022-09-16	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração de um protocolo de aplicação do Acordo de Parceria no domínio das Pescas entre a União Europeia e a República da Maurícia (2022–2026)	
COM(2022)463	2022-09-16	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES respeitante à aplicação do Regulamento (CE) n.º 850/2004 relativo a poluentes orgânicos persistentes	

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

COM(2022)465	2022-09-16	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga a Diretiva 89/629/CEE do Conselho	
COM(2022)467	2022-09-16	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o exercício da delegação de poderes conferida à Comissão nos termos do Regulamento (UE) 2018/842 relativo às reduções anuais obrigatórias das emissões de gases com efeito de estufa pelos Estados-Membros entre 2021 e 2030 como contributo para a ação climática a fim de cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris e que altera o Regulamento (UE) n.º 525/2013	
COM(2022)468	2022-09-16	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto do EEE sobre uma alteração do anexo XI (Comunicações eletrónicas, serviços audiovisuais e sociedade da informação) do Acordo EEE (Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual)	
COM(2022)473	2022-09-16	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo a uma intervenção de emergência para fazer face aos elevados preços da energia	Escrutínio à 5ª COF, 6ª CEOPPH e à 11ª CAENE Escrutínio à 11.ª CAENE Conhecimento à 11ª CAENE
COM(2022)470	2022-09-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO 40.º Relatório anual da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre as atividades anti-dumping, antissubsídios e de salvaguarda da União Europeia e sobre a utilização de instrumentos de defesa comercial por países terceiros que visem a UE em 2021	
COM(2022)466	2022-09-20	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Segundo relatório sobre a aplicação da Diretiva (UE) 2017/1371 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho de 2017, relativa à luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal	

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

COM(2022)472	2022-09-20	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a tomar em nome da União Europeia no Comité de Comércio criado pelo Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e a República de Singapura no que diz respeito à adoção do regulamento interno do Comité de Comércio	
COM(2022)471	2022-09-21	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto criado pelo Acordo entre a Comunidade Europeia, por um lado, e o Governo da Dinamarca e o Governo Regional das Ilhas Faroé, por outro, no que diz respeito à adoção do regulamento interno do Comité Misto CE-Ilhas Faroé	
COM(2022)481	2022-09-23	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU SOBRE A APLICAÇÃO DA DIRETIVA TRANSPARÊNCIA DO MERCADO ÚNICO DE 2016 A 2020	Conhecimento à 6.ª Comissão (CEOPPH)
COM(2022)474	2022-09-26	Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO sobre o reforço da prevenção através da deteção precoce: uma nova abordagem da UE para o rastreio do cancro que substitui a Recomendação 2003/878/CE do Conselho	Conhecimento à 9.ª Comissão (CS)
COM(2022)662	2022-09-26	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao não reconhecimento dos documentos de viagem russos emitidos em regiões estrangeiras ocupadas	Conhecimento à 2.ª Comissão (CNECP)

Submetidas a votação, as propostas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do CH, PCP e BE.

- 3. Apreciação de parecer da CAE para pronúncia da Assembleia da República no âmbito de matérias de competência legislativa reservada que estejam pendentes de decisão em órgãos da União Europeia (nos termos dos artigos 1.º-A e 2.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, na sua atual versão):**

Proposta de Diretiva do Conselho que estabelece o sistema de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições para o Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade (reformulação) [[COM \(2021\) 732](#)] e Proposta



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

de Diretiva do Conselho que estabelece as regras de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade (reformulação) [COM (2021) 733] – Objeto de parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
Deputado Autor de Parecer: Catarina Rocha Ferreira (PSD)

A Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) fez uma breve apresentação do Parecer que, colocado à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e BE.

4. Designação dos membros que integram a delegação permanente da Assembleia da República à 11.ª Reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto sobre a Europol (24 e 25 de outubro de 2022, em Bruxelas)

- Cabe ao GP do PSD e ao GP do IL

O Senhor Presidente da CAE deu nota da necessidade de confirmar a disponibilidade dos membros da CAE que integram a delegação permanente da Assembleia da República para participar na 11.ª Reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto sobre a Europol.

O Senhor Deputado Sérgio Marques (PSD) confirmou a sua presença, intervindo, em seguida, o Senhor Deputado Bernardo Blanco (IL) que informou a sua indisponibilidade para participar na referida reunião, bem como a da Senhora Deputada do seu grupo parlamentar, Patrícia Gilvaz, que integra a mencionada delegação em representação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Neste sentido, ficou acordado que a participação na reunião deveria ser garantida pelo membro do Grupo Parlamentar seguinte que integra a referida delegação em representação da CAE, nomeadamente o Grupo Parlamentar do PCP, devendo os



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

serviços da Comissão entrar em contacto com o referido grupo parlamentar, a fim de aferir a sua disponibilidade.

5. Nomeação de Deputados autor de parecer no âmbito de iniciativas europeias:

[COM \(2022\) 361](#) - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo à coordenação das medidas de redução da procura de gás

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS

Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – Sem prazo.

O Grupo Parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado Jorge Seguro Sanches como autor deste Parecer

6. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias;

a) **COM(2022)338 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a normas de qualidade e segurança para as substâncias de origem humana destinadas à aplicação em seres humanos e que revoga as Diretivas 2002/98/CE e 2004/23/CE – Objeto de relatório da Comissão de Saúde;**

Deputado Autor de Parecer: Paulo Ramalho (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – 13/10/2022

O Senhor Deputado Paulo Ramalho (PSD) fez uma breve apresentação do Parecer que, colocado à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e BE.

b) [COM\(2022\)209](#) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece regras para prevenir e



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

combater o abuso sexual de crianças – Objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;

**Deputado Autor de Parecer: Rosário Gambôa (PS)
Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – 14/10/2022**

A Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS) fez uma breve apresentação do Parecer, a que seguiu o período de debate no qual intervieram os Senhores Deputados Bernardo Blanco (IL), Rosário Gamboa (PS), Paulo Moniz (PSD), Cristina Mendes da Silva (PS), Bruno Nunes (CH), Romualda Fernandes (PSD) e Isabel Meireles (PSD), que aludiram às questões relacionadas com a violação do princípio da proporcionalidade e a obrigatoriedade da sua análise, a relação entre a ingerência na vida e privacidade dos cidadãos e a segurança, a proteção do superior interesse da criança e as medidas aplicáveis aos que realizam atos de abusos sexuais de crianças.

Colocado à votação, o parecer foi aprovado por maioria, registando-se o voto contra do Grupo Parlamentar da IL e a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e BE.

c) [COM\(2022\)349](#) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao estabelecimento de um instrumento para reforçar a indústria europeia da defesa através da contratação pública colaborativa – Objeto de relatório da Comissão de Defesa Nacional;

**Deputado Autor de Parecer: Paulo Moniz (PSD)
Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – 17/10/2022**

O Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) fez uma breve apresentação do Parecer que, colocado à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e BE.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

7. Discussão do [Projeto de Resolução 230/XV/1.ª](#) - Recomenda ao Governo que tome iniciativas após a determinação, por parte do Parlamento Europeu, de que a Hungria já não é uma democracia plena (L);

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Rui Tavares (L) que procedeu à apresentação da iniciativa, começando por referir que a resolução do Parlamento Europeu, de acordo com a qual a Hungria já não é uma democracia plena, foi aprovada por uma maioria de $\frac{3}{4}$, devendo o Governo português adotar uma posição a este respeito. Ressalvou que a União Europeia consubstancia um «clube de democracias», o que não se coaduna com a Resolução perpetrada pelo Parlamento Europeu de que um dos Estados-Membros já não é uma democracia. Em conclusão, referiu que a iniciativa em análise propõe duas linhas de ação: que o Governo português inicie contactos junto dos Governos de outros Estados-Membros no sentido de obter uma maioria de $\frac{1}{3}$ que apoie a apresentação de uma proposta ao abrigo do artigo 7º, número 2, do Tratado da União Europeia com vista a «verificar a existência de uma violação grave e persistente, por parte de um Estado-Membro, dos valores» da União Europeia ou que, não se verificando a existência do número mínimo de $\frac{1}{3}$ dos Estados-Membros previsto na base legal citada no número anterior, o Governo inicie procedimentos em nome próprio, ao abrigo do artigo 259º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, de forma a levar ao Tribunal de Justiça da União Europeia, o incumprimento por parte do Governo húngaro das «obrigações que lhe incumbem por força dos Tratados».

Na discussão que se seguiu, intervieram os Senhores Deputados Bruno Nunes (CH) que aludiu à ideologia do Partido Livre e à tentativa de ingerência externa num Estado soberano como o é a Hungria através do projeto de resolução em análise. Destacou ainda que, na Hungria, decorreram eleições com uma taxa de participação de aproximadamente 70%, que resultaram na eleição democrática do atual Partido que governa aquele país, devendo ser respeitado o direito à autodeterminação dos povos; Rui Lage (PS) referiu a erosão do Estado de direito na Hungria, e a sua propagação à margem do projeto europeu enquanto conjunto de democracias europeias que assenta sobre alicerces como os princípios da separação de poderes e da independência do poder judicial, entre outros. Destacou que o que impede a Hungria de ser considerada um regime autoritário, é o facto de se realizarem eleições por sufrágio livre e universal,



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

ainda que, no decorrer das mesmas, tenha sido comprovada a realização de campanhas de desinformação bem como uma alteração legislativa que desfavorece a oposição. Referiu também que, embora a iniciativa em apreço apenas se refira à Hungria, não é possível deixar de fazer referência à Polónia no que respeita à independência do poder judicial e a interferência do poder executivo. Ressalvou não ser rigoroso afirmar que a União Europeia não tenha adotado qualquer ação a este respeito ou que o artigo 7.º não tenha sido acionado pois, no passado, este mecanismo foi acionado contra a Hungria e a Polónia. Aludiu ao mecanismo de condicionamento dos fundos europeus e à redução dos fundos europeus concedidos à Hungria, bem como à exigência da União Europeia, de adoção por parte daquele país, de reformas anticorrupção. Sublinhou, por fim, que a resolução do Parlamento Europeu não faz referência à solução preconizada no artigo 259.º tal como prevista no segundo ponto do projeto de resolução apresentado pelo Livre, o que contraria o espírito da referida resolução do Parlamento Europeu, a qual incita uma solução de consenso entre o Estados-Membros; Paulo Moniz (PSD) realçou o papel dos Deputados ao Parlamento Europeu do grupo parlamentar do PSD, em particular do Senhor Deputado Paulo Rangel, no que se refere ao desrespeito pela Hungria dos princípios fundacionais e de separação de poderes da União Europeia. Aludiu ao reconhecimento do incumprimento da Hungria quanto ao previsto nos Tratados bem como às normas aprovadas pelo Parlamento húngaro no dia 3 de outubro, por larga maioria, e a consequente decisão da União Europeia de reduzir o valor dos fundos concedidos àquele país, fazendo-os depender da aplicação de 17 medidas anticorrupção. Concluiu referindo o carácter extemporâneo da iniciativa apresentada pelo Livre, face aos acontecimentos mais recentes e que indicam uma vontade objetiva de corrigir a situação, em linha com a diretrizes da União Europeia e do Parlamento Europeu.

Retomou a palavra o Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) para secundar a intervenção anterior, mais sublinhando a importância de não tratar, de forma simplista, o regime fascista e o enquadramento das forças políticas nesta ideologia.

Por fim, o Senhor Deputado Rui Tavares (L) esclareceu que a iniciativa em análise não faz alusões à existência de ditaduras, referindo que a questão em análise é o respeito pelos Tratados da União Europeia, assinados de livre vontade pelos Estados-Membros,



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

pelo que o comportamento da Hungria «mina» a União a partir do seu interior. Mais referiu não ser contra a votação da iniciativa por pontos, esclarecendo que o número 2 da mesma será aplicável apenas se a primeira medida falhar. Sobre a alegada extemporaneidade do projeto de resolução, informou a esperança de que o Governo húngaro recue na sua atuação apenas com base nas medidas adotadas pela União Europeia que, todavia, não responde perante os Governos nacionais, o que justifica que a presente iniciativa seja dirigida ao Governo português.

8. Discussão do [Projeto de Resolução 231/XV/1.ª](#) - Recomenda ao Governo que transponha a Diretiva 2019/882 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de abril de 2019 relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços (L);

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Rui Tavares (L) que procedeu à apresentação da iniciativa, começando por aludir ao atraso do Governo português, na transposição da Diretiva 2019/882 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de abril de 2019 relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços, o que põe em causa os direitos dos cidadãos com deficiências, ressaltando os benefícios dessa transposição bem como a importância para as pessoas mais vulneráveis, que as empresas e os agentes de mercado possam começar a aplicar o previsto na referida diretiva.

Na discussão que se seguiu intervieram os Senhores Deputados Rosário Gambôa (PS), Paulo Moniz (PSD) e Brunes Nunes (CH) para saudar o conteúdo e objeto da iniciativa. A Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS) sublinhou que o prazo de transposição da diretiva terminara em junho, pelo que o atraso daquele ato poderia estar relacionado com os últimos acontecimentos, quer mundiais como a pandemia de COVID-19, quer nacionais, nomeadamente a dissolução da Assembleia da República, ressaltando a pertinência da sua aplicação. O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Capoulas Santos, referiu ainda que a mencionada diretiva produz efeitos a partir de 2025, como tal, o atual atraso na sua transposição ainda não tem consequências diretas



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

- 9. Fixação da redação final do [Projeto de Resolução n.º 135/XV/1.ª \(L\)](#) - «Recomenda ao Governo que acompanhe a Conferência Sobre o Futuro e o Parlamento Europeu, favorecendo, no Conselho Europeu, a convocação de uma Convenção com vista à revisão dos Tratados da União Europeia»;**

Foi fixada, nos termos do disposto nos artigos 156.º e 128.º n.º 6 do RAR, a redação final do texto do Projeto de Resolução n.º 135/XV/1.ª (L) «Recomenda ao Governo que acompanhe a Conferência Sobre o Futuro e o Parlamento Europeu, favorecendo, no Conselho Europeu, a convocação de uma Convenção com vista à revisão dos Tratados da União Europeia», por unanimidade, na ausência do CH, PCP e BE, a respetiva redação final com aceitação das sugestões de redação constante da comunicação eletrónica da DAPLEN de 26 de setembro de 2022

10. Outros assuntos;

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos informou sobre os trabalhos futuros da Comissão, dando nota de que as próximas reuniões da Comissão de Assuntos Europeus terão lugar no dia 11 de outubro, presidida pelo Senhor Vice-presidente Bernardo Blanco, no dia 19 de outubro, pelas 11h00 e no dia 25 de outubro. Após este período e mediante deliberação do Presidente da Assembleia da República, a Comissão também para efeitos de escrutínio. Mais referiu a realização da reunião do Conselho Europeu nos dias 20 e 21 de outubro e do respetivo debate preparatório em Plenário, com a participação do Primeiro-Ministro, no dia 19 de outubro. Concluiu dando nota de que, previsivelmente, a audição regimental com a presença do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus teria lugar no dia 28 de outubro, a que se seguiria, no dia 2 de novembro, a realização da Conferência Interparlamentar sobre as conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa e que implicam alterações aos Tratados.

- 11. Apreciação e votação da ata n.º 21 de 14 de setembro e da ata n.º 22 de 21 de setembro.**



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, colocou à apreciação e votação a ata n.º 21 de 14 de setembro e a ata n.º 22 de 21 de setembro, a quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência dos grupos parlamentares do CH, PCP e BE.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, disponível em: media.parlamento.pt/site/XVLEG/SL1/COM/04_CAE/CAE_20221006.mp3

A reunião foi encerrada às 20:06 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de outubro de 2022.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales (PS)
Carlos Brás (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Edite Estrela (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Capoulas Santos (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Natália Oliveira (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Rui Lage (PS)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
José Silvano (PSD)
Miguel Santos (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Bruno Nunes (CH)
Bernardo Blanco (IL)
Ana Bernardo (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
Susana Correia (PS)
Firmino Marques (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Maria Emilia Apolinário (PSD)
Paulo Ramalho (PSD)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 23/XV/ 1.ª SL

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Rebelo (PS)

Alfredo Maia (PCP)

Mariana Mortágua (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Cegonho (PS)